



A campanha do Partido Republicano Rio-Grandense pela Proclamação da República, nas páginas de A Federação¹

Fábio Flores Rausch/aluno da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul²

Antonio Hohlfeldt/Professor Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul³

Resumo

O tema do presente trabalho é motivo da monografia do aluno orientando e aborda uma das etapas da pesquisa de recuperação da história da imprensa sul-rio-grandense, desenvolvida por quase dois anos. Relatório final de pesquisa, ele tem por objetivo não só especificar nossas atividades no período, mas, sobretudo, dar prosseguimento ao estudo sobre os critérios de doutrinação da ideologia republicana no Rio Grande do Sul do final do século XIX. O diretor do jornal *A Federação*, Júlio Prates de Castilhos, é o encarregado de levar adiante uma verdadeira campanha do Partido Republicano Rio-Grandense pela Proclamação da República, ao denunciar os desgastes do governo monárquico.

Palavras-chave

História da imprensa; Imprensa sul-rio-grandense; Imprensa partidária.

Identificação do Projeto

A pesquisa integra o plano de trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt, com a finalidade de contribuir para a história da imprensa do Rio Grande do Sul, através dos principais periódicos do estado. O pesquisador já editou livro a respeito do jornal *Última Hora*, que teve a direção de Samuel Wainer e serviu de suporte, na imprensa, ao governo do então presidente da República, na primeira metade de 1950, Getúlio Vargas. Hohlfeldt tem levantado dados sobre o católico *Jornal do Dia*, para posterior edição.

No corrente período de atividades, 2005/02-2007/01, buscou-se dar continuidade ao trabalho, através de outro levantamento, agora com o atual bolsista, sobre o jornal *A Federação*, que “resumiu de fato o modelo do jornalismo político-partidário vigente no

¹ Relatório Final de Pesquisa apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica – Jornalismo e editoração, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, realizado em Santos – SP, entre 29 de agosto e 2 de setembro de 2007.

² Fábio Flores Rausch é formando do Curso de Jornalismo da Famecos-PUCRS e aluno bolsista de iniciação científica (PUCRS/CNPq/PIBIC), orientado pelo Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt, cuja bolsa de pesquisa iniciou no biênio 2005/02-2006/01 e foi renovada por igual período, 2006/02-2007/01: fabiorauschcol@yahoo.com.br.

³ Antonio Hohlfeldt integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Famecos-PUCRS: hohlfeld@puccrs.br.



Rio Grande do Sul até o Estado Novo” (RÜDIGER, 2003, p.43). O periódico, fundamental no tratamento de temas polêmicos e cruciais para o seu tempo, influenciou, decisivamente, na formação da história contemporânea sul-rio-grandense, seja na questão abolicionista, seja na consolidação do modelo republicano, revelando uma “participação destacada da própria produção dessa história a nível político-ideológico” (RÜDIGER, 1984, p.12).

Introdução

O objetivo do jornal *A Federação* foi disseminar as idéias republicanas. “O programa, elaborado por um grupo de jovens políticos e intelectuais, debatia-se pela implantação de uma república federativa no Brasil, a emancipação do trabalhador servil e o fim da monarquia” (DILLENBURG, s/d, p.11). Os idealizadores da proposta, inicialmente apresentada na Convenção Republicana de 1882 e aprovada no 1º Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1883, foram Venâncio Ayres, Ramiro Barcellos, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos. O último ficou incumbido pela comissão da imprensa partidária de levar adiante a iniciativa, já que houvera alcançado sucesso em *A Evolução* (1879), folha dos estudantes republicanos gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo. *A Federação* começou a circular a partir de 1º de janeiro de 1884 e só terá sua publicação interrompida quando o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, extingue os partidos políticos e todas as suas publicações.

A fundação de uma imprensa republicana, contudo, remontava ao período imediatamente posterior ao *Manifesto de Itu*, ocorrido em 1870, quando surgiram alguns jornais de perfil reivindicatório pela mudança de regime político (BAKOS, 1982).

O título do periódico gaúcho fora sugerido por Joaquim Francisco de Assis Brasil, primeiro deputado estadual republicano, eleito para a 22ª legislatura – 1885/86 (FRANCO, 2004). Júlio de Castilhos teve seu nome indicado para a direção do periódico, mas preferiu que Venâncio Ayres assumisse o cargo. Castilhos, primeiramente Secretário de Redação, tornar-se-ia Diretor apenas em 16 de maio de 1884. Ele se demite da função no ano seguinte, mas a ela é reconduzido, permanecendo até 1888. O jornal é, então, dirigido por Ernesto Alves. Castilhos reassume suas funções em 5 de agosto de 1889 e só se afasta novamente a 14 de julho de 1891, quando é eleito Presidente da Província, tomando posse no dia seguinte. A partir de 20 de julho, seu nome desaparece do cabeçalho do jornal, substituído pelo de Alfredo Varela (FRANCO, 1996).



A *Federação*, no limiar de sua existência, circulava diariamente, à exceção dos domingos, com quatro páginas, divididas em cinco ou sete colunas, eventualmente seis, no formato *standard* (corte: entre 57 e 63 cm por 38,1 e 45 cm / mancha: 55,3 cm por 42,6 cm). As duas últimas páginas eram ocupadas, na maior parte, por anúncios publicitários ou editais informativos. No primeiro ano, o preço avulso era de 80 réis. Em caso de assinatura, o pagamento deveria ser adiantado. Se anual, de 14\$000. Meio ano, 8\$000. As fontes jornalísticas mais citadas eram jornais do centro do país, como *A Província*, do Rio de Janeiro, e *Diário Popular*, de São Paulo, ou do exterior.

No apogeu da supremacia do PRR, coincidente com o início da 1ª Grande Guerra (1914-18), *A Federação*⁴ chegou a superar a tiragem de dez mil exemplares/dia, como resultado de reformas gráficas e editoriais que modernizaram o jornalismo sul-riograndense (RÜDIGER, 1984, p.18-20; 2003, p.44-45) e acompanharam o desenvolvimento tecnológico⁵ das publicações européias. Já em 1887, o jornal contratava os serviços da agência de notícias francesa *Havas*. Informações em formato de manchetes são observadas em torno de 2 de janeiro de 1907, sob a cartola de “Serviço Telegraphico d’*A Federação*”.

Capaz de “criar acontecimentos e não apenas refleti-los” (RÜDIGER, 1984, p.14),

“[*A Federação*] não era um jornal como os outros, feito todas as tardes no tumulto da improvisação. Era a página cotidiana de um alcorão partidário, elaborada com cuidados religiosos, liturgicamente, de caso pensado. O artigo de fundo submetia-se, antes de composto, ao chefe do Partido, o qual, às vezes, o devolvia emendado; outras com aplausos e louvores do próprio punho” (FONTOURA, 1958, p.26).

Por seus principais biógrafos, Júlio de Castilhos é considerado o “príncipe do jornalismo político” (RUSSOMANO, 1976, p. 285), porque desenvolveu novas concepções jornalísticas, como o “conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois pode modificar seu curso” (RÜDIGER, 2003, p.43-44).

Objetivos

Levantamento, identificação e análise da coleção de exemplares de *A Federação*, disponível no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, foi a

⁴ O jornal conquista assinantes na Corte Carioca e, na 1ª Grande Guerra (1914-18), também no exterior.

⁵ Na segunda gestão do diretor de redação José Gonçalves de Almeida (1912-13), uma Duplex, de fabricação suíça, foi adquirida. Ela imprimia cinco mil exemplares por hora. Apenas o *Diário Popular*, de São Paulo, dispunha de equipamento tão moderno.

tarefa a que nos propusemos. O edifício está situado na esquina das ruas Caldas Júnior e Andradas, nºs 959 e 963, tendo sido a oitava e última sede daquele jornal, inaugurada em 6 de setembro de 1922, um dia antes das festividades do Centenário da Independência do Brasil. O período analisado é de 1º de janeiro de 1884 a 10 de novembro de 1937.

Os enfoques mais precisos estão em torno do papel da ideologia republicana e de seus desdobramentos, fundamentados pelo jornalista e publicista Júlio Prates de Castilhos. Na primeira etapa do trabalho, buscamos delimitar os três sofismas liberais⁶ denunciados pelo autor, a fim de desbancar a estrutura monárquica de governo.

Eis a ordem cronológica pela qual o estudo está dirigido, com fins de análise:

- a) repercussão da visita do Conde d'Eu e da Princesa Isabel a Porto Alegre, no início do ano de 1886, em que ganha mais ênfase, no estado, o debate a respeito da suposta formação de um 3º Império Monárquico, liderado pelo consorte;
- b) envolvimento do jornal na chamada *questão militar*;
- c) postura adotada pelo periódico na campanha pela libertação dos escravos;
- d) constituição de um mosaico esclarecedor com os temas já arrolados, que convergem na Proclamação da República e sua posterior afirmação, no século XX.

Fundamentação Teórica

Independentemente dos critérios empregados para uma periodização da história da imprensa sul-rio-grandense, o final do século XIX e o início do século posterior estarão marcados, segundo uma expressão de Francisco Rüdiger, pela coexistência de dois *regimes jornalísticos*: o jornalismo partidário e o literário (RÜDIGER, 2003).

O jornalismo literário, que subsistirá pelo menos até a década de 1950, quando jovens profissionais brasileiros, oriundos de estágios nos jornais norte-americanos, introduzem o conceito de objetividade jornalística, o *lead* e a *pirâmide invertida*, tem seu começo, de certo modo, pela criação do *Correio do Povo*, ainda que os maiores jornais do período, *O Mercantil*, *A Reforma* e *Jornal do Comércio*, sobretudo, já experimentassem algumas das conquistas da chamada *imprensa industrial* (MARCONDES FILHO, 1984) européia. *O Mercantil* passava a ter circulação diária, inclusive às segundas-feiras, com feições e ritmo profissional (VIANNA, 1977).

⁶ Os três sofismas identificados foram: não temos homens para a república; temos liberdade demais; o exemplo das repúblicas sul-americanas. As críticas de Castilhos agiam no intuito de afirmar, junto à sociedade brasileira e, sobretudo, sul-rio-grandense, a importância do modelo republicano e a oportunidade de sua adoção no contexto político-econômico-social em curso.

Quanto ao jornalismo partidário, embora distanciado do antigo pasquim e do puro panfletarismo, será caracterizado pelo proselitismo ideológico, que nascera com as primeiras experiências do jornalismo inglês, ainda no século XVIII, de que não estará ausente nem a agressividade da linguagem nem o artigo de maior profundidade⁷. O fortalecimento da vida partidária permitiu aos políticos transformar o jornalismo numa militância objetiva, que se tornava meio de formação doutrinária da opinião pública (RÜDIGER, 2003), para defender um sistema de interesse do publicista (BALZAC, 2004).

A *Reforma*, órgão do Partido Liberal, surgido em 1869, inaugurou o jornalismo político-partidário no Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 2003). A folha doutrinária provocou o debate sobre modelos de governo na província e no país, fazendo oposição, mais tarde, ao Partido Republicano Rio-Grandense, quando do surgimento de *A Federação*, a 1º de janeiro de 1884. Outra força partidária na província, *O Conservador*, fundado pelo partido de mesmo nome, sustentou a doutrina da agremiação de 1879 até a Proclamação da República.

A organização dessa imprensa partidária ou panfletária civil⁸ advinha do término da Grande Revolução de 1835. Em virtude de sobrevivência financeira, proprietários e editores de periódicos alinhavam-se a algum dos partidos políticos existentes.

No período, o Brasil e o Rio Grande do Sul entram em forte efervescência política. A imprensa divide-se entre as publicações “conservadoras”, como *Mercantil*; as francamente “liberais”, situação de *A Reforma*, e aquelas que defendem a república, caso de *A Federação* (RUSSOMANO, 1976), que rompia com experiências anteriores: *A Democracia*, que circulou em 1872 e 1874-75; *A Reação*, de 1878; *A Imprensa*, de 1880 a 1882; e *A Convenção*, de 1883 a 1884, semanário substituído por *A Federação*. À exceção da última fase de *A Democracia*, os jornais atinham-se a uma crítica iluminista à Monarquia (RÜDIGER, 1984): “O elitismo e a sofisticação desses discursos, guiados por uma filosofia evolucionista, dificultava, contudo, a divulgação e a propaganda das idéias republicanas nas condições de uma atmosfera intelectual reconhecidamente pobre” (p.14).

⁷ Ver: WATT, Ian. *A ascensão do romance*, São Paulo: Cia das Letras, 1990 e WEIL, George. *El periódico*, México: UTEHA, 1962.

⁸ Ver: HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio Flores. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. In NP de Jornalismo, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 3., 2006, UnB, Distrito Federal. Anais do Intercom.

A variante da imprensa republicana ficará, mais tarde, com *O Rio-Grande*. Dirigido pelos ex-militantes do PRR, Ernesto Alves e Barros Cassal, tinha por objetivo fortalecer a União Nacional, organizada em 1890, que agrupava antigos liberais, conservadores e dissidentes republicanos (ERICKSEN, 1977).

Os jornais, portanto, eram de essência opinativa e seguidores do projeto ideológico que orientava cada agremiação, corroborando a tônica de um *jornalismo de partido*. No caso de *A Federação*, as características evidenciavam-se, mais especificamente, abaixo do logotipo do periódico, em que havia a denominação “Órgão do Partido Republicano”⁹. Constava da capa ser “a folha de maior circulação do Rio Grande do Sul”. Havia, também, dizeres como “desmembramento, unidade e centralização”, entre outras sugestões de federalização e substituição ao regime imperial de D. Pedro II.

Artigos de A Federação

Pedro Gilberto Gomes percebe que a transitoriedade do jornalismo dificulta uma definição de gênero, pois “trabalha com o efêmero, transitório, circunstancial, fragmentário” (1992, p.15). Mesmo assim, na categoria opinativa, observa o artigo como um dos seus gêneros, com duas significações, sob a perspectiva das idéias de José Marques de Melo: o senso comum e o de colaboradores. Num panorama mais avançado, o artigo diferencia-se entre formal e de finalidade. Quanto ao último, seria doutrinário ou científico. “O artigo doutrinário é o especificamente jornalístico” (Apud GOMES, p.16).

Melo reclama da falta de “rigor conceitual, [e] exatidão analítica” (2003, p.13) do jornalismo. Ele também contempla à “convicção de articulista”¹⁰, proposta por Martín Vivaldi, ao estudar o conceito de artigo, o fato de ela determinar “a interpretação, avaliação ou explicação dos fatos e das idéias” (2003, p.51).

Opinativo por excelência, *A Federação* não apresentava uma seção para delimitar a sua opinião, presente em todas as páginas. Por isso, a dificuldade de estabelecer-se a ocorrência de um editorial estrito senso. Porém, uma seção localizada na primeira coluna de capa, escrita pelo jornalista e publicista Júlio de Castilhos, podendo expandir-se por outras colunas, tinha a característica de, pedagogicamente, doutrinar, ao longo das edições, a ideologia republicana. Daí, o conceito de artigo.

⁹ Preferiu-se que toda reprodução de trechos de *A Federação* deva manter a escrita original, apenas corrigindo a acentuação gráfica, pontuação e algumas palavras ininteligíveis, se comparadas ao modelo de ortografia vigente.

¹⁰ Ver: MARTÍN VIVALDI, Gonzalo. **Generos periodísticos**, Madri: Paraninfo, 1973, ps. 22, 65, 126, 176.

O método político-partidário de Júlio de Castilhos estava mais amadurecido no semestre final de 1889, a poucos meses do 15 de novembro. Até a Proclamação, ele fundamenta o ideário republicano. Expõe para a sociedade gaúcha e do Brasil o que acreditou serem as injustiças cometidas junto aos militares, retomando a famosa *Questão Militar*¹¹ de anos antes, a defasagem das instituições monárquicas, a oportunidade de adoção do regime republicano de governo, ante a instalação de um 3º Império sob a liderança do conde d’Eu, e reforça a relevância da Abolição da Escravatura¹².

Os ataques iniciais, porém, são feitos por Ernesto Alves, a quem Castilhos havia confiado a direção da folha desde 3/4/1888, já que saía do seu comando para tratar de interesses particulares no interior do estado. A nomeação de Silveira Martins para titular da Presidência da Província, em 24/7/1889, no lugar de Prestes Guimarães, acalora o debate. Um dia antes de o liberal ocupar o posto, no artigo *A Experiência*, Alves diz:

“O governo quer subjugar o Rio Grande, e a nomeação do sr. Silveira Martins para presidente é um facto sobre o alcance do qual ninguém se illudiu, desde que se annunciou. Uma última razão de deferência levou-nos a lamentar que o governo do sr. visconde de Ouro Preto não se houvesse lembrado de outro nome para presidente da província, tão antipáthica achamos a posição de quem vem encarregado de representar aqui a empreitada do terceiro reinado”¹³.

São três blocos temáticos arrolados aqui, para explicar a proposta dos republicanos, de modo a convergir em um só fim, a consolidação da República no país:

a) Desgaste das instituições monárquicas – *O que será a reacção?*, de 31 de julho de 1889, tem início com o que Ernesto Alves entende por comportamento “tirânico” do governo monárquico. No aguardo de uma reação frente ao crescimento das adesões ao Partido Republicano, propõe dois tipos de resposta: “uma que se manifesta pelo ataque brutal e pela supressão dos orgams incômodos à tyrannia e outra que opera

¹¹ A Questão Militar teve maior desdobramento em 1886, após o Caso Cunha Mattos. Este oficial foi punido com prisão disciplinar e censura pelo Ministro Alfredo Chaves, depois da publicação de artigos em que criticava um deputado. Castilhos, de maneira inteligente, catalisa, em seu benefício, as reações de um episódio decisivo para a derrocada do Império (FRANCO, 1996). A classe já acumulava descontentamento pelo atraso de soldos, durante a Guerra do Paraguai (1864-70). Aproveitando-se da presença do Tenente-Coronel Sena Madureira, que organizava a Escola Militar de Rio Pardo, dá a ele a chance de resposta às ações do governo monárquico. Desta feita, A Federação assume postura contrária aos avisos proibitivos à classe, através dos quais o Império tentava impedir as manifestações, de oposição, dos militares pela imprensa. Os oficiais, assim, reforçam apoio à causa republicana, sobretudo da parte do Marechal Deodoro da Fonseca, que daria o Golpe de 15 de novembro.

¹² Nesta questão, o PRR expressa um autêntico discurso abolicionista (BAKOS, 2005), ao sugerir uma abolição pura e simples, ante as propostas dos emancipadores (RÜDIGER, 1984), que defendiam um processo gradual, mediante contratos de prestação de serviços, caso da folha liberal *A Reforma*, por exemplo. Os republicanos beneficiam-se, agora, do apoio conquistado junto aos militares, que, após o contato com escravos alistados para o conflito em solo paraguaio, mudam seu conceito quanto à servidão. O exército passou a se negar a perseguir os negros revoltosos, ficando estes casos para a polícia e os militares locais (CUNHA JÚNIOR, 2003).

¹³ As citações empregadas provêm do levantamento de pesquisa no jornal republicano, cuja reprodução é fidedigna.

sobre o moral dos indivíduos, ameaçando-os, prejudicando-os, expondo os perseguidos a incômodos e contrariedades na vida particular”. Descreve, então, o papel das instituições no Império:

“Bem sabemos o que dicta tudo isto: procura-se, com tantos subterfúgios, garantir as instituições. O meio é contraproducente. Instituições não são plantas de estufa que se possam manter num regimen artificial de officialismo e compressão. O que dá força às instituições, em qualquer paiz, é a adhesão consciente do povo que a ellas é chamado a reger. O systema da compressão pode, não há dúvida, apresentar, em um momento dado, resultados apparentes: o que elle não pode é dar um fructo definitivo”.

Ao final, Alves declara irreversível a vitória republicana:

“Aquelles mesmos, que, pela dura lei da necessidade, calam-se e transigem com a sua consciência, revoltam-se intimamente e suspiram por libertar-se de um jugo odioso. São os que soffrem a compressão, que, mais attentamente e com mais sympathia, prestam attenção à palavra dos agitadores. Esta surda irritação existe, latente, prestes a fazer explosão. Porque a república há de se fazer com o assentimento do governo da monarchia, sem elle ou a despeito delle”.

Em *Symptomas da decadência*, a 2 de agosto, o redator volta a discutir a alegada preocupação dos liberais com o movimento republicano. Por conta da nomeação de Cândido de Oliveira como Ministro da Justiça, pregando que a liberdade de reunião não consistia em caluniar, lembra que “criticar é direito que não soffre restricções na lei”. Após explicar que a liberdade de manifestação não depende de intuitos partidários, por ser conquista de opinião, revela perseguição política:

“Chegamos já ao período das listas dos delatores: não há festa republicana onde elles não se encontrem, espiando os que comparecem, os que fallam, os que dão vivas, para leva-los, num pedaço de papel sujo, aos que estão empenhados em suffocar a hydra da anarchia, essa velha figura de retórica”.

E afirma: “uma instituição que precisa violentar um direito qualquer adquirido (...) torna-se, por esse facto, incompatível com o povo violentado e deve desaparecer”.

b) A reação do exército – De volta ao cargo de diretor de redação, Júlio de Castilhos assina *No meu posto*, em 5 de agosto de 1889, e chega confiante: “eu não devia deixar de acudir ao chamamento dos meus estimados companheiros e, portanto, do meu partido, que, agora, ensaia a proclamação da victória definitiva”. Lembra da libertação dos escravos, a 13 de maio do ano anterior, e atribui ao exército o papel de

“digno e consciente instrumento na acção colectiva”. Com efeito, não esconde sua satisfação pelo acontecimento:

“A libertação da inditosa raça, ultrajada pelo captivo, produziu as conseqüências cuja previsão sempre proclamei nestas columnas: sobre dignificar a Pátria, tal successo dissiparia, no espírito nacional, uma preocupação absorvente e abriria lugar à franca agitação do problema político, como natural succedâneo da questão preliminar – a separação do grande crime do passado monárchico”.

Castilhos, quatro dias depois, em *A reacção no exército*, retoma o problema dos militares que, ao seu ver, novamente, são feitos “vítimas” da fúria reaccionária da monarquia. Escancara, de imediato, as ameaças ocorridas no seio do Exército:

“Pode um funcionario ser irreprehensível no desempenho das suas funcções, (...) tornar-se exemplar pela intelligência (...): não importa! Recaia sobre elle uma suspeita de altivez, uma desconfiança qualquer, suggerida pela mais calumniosa e vil delação, e é o que basta para o arredar do encargo que elle honrava”.

Então, defende:

“Vexar, perseguir, castigar arbitrariamente essa corporação nas pessoas dos seus membros é deturpar a própria instituição, é abalar os seus fundamentos, é affastal-a dos seus fins. Porque, é claro, o exército, perseguido e vexado, deixa de ser a força que vigila para ser uma poderosa parte contendora que entra nos conflictos com os seus ressentimentos, com as suas mágoas e pezares. Eis ahí um gravíssimo perigo público, que se torna ainda mais ameaçador, quando, na mesma corporação, uma parte é affagada, lisongeada e fartamente acariciada pelo poder público, e outra parte é alvo de suspeitas, de malquerença, de vexames e até de ódios”.

Reitera que, desde o caso de 1886, as demissões inexplicáveis tornaram-se rotina na corporação. Agora, os maiores exemplos eram os três professores da Escola Militar, os capitães João Cândido Jacques, Vespasiano de Albuquerque e Francisco Alberto Guillon. Relaciona o acontecimento ao principal adversário liberal¹⁴:

“É deplorável que um cidadão como o actual presidente da província, que, de contínuo, se apregoava o melhor amigo com que podia contar a classe militar, seja o verdadeiro responsável por taes actos. Desta responsabilidade, não pode isemtpar-se o digno conselheiro, que é, de facto, um ministro da guerra em commissão”.

¹⁴ Castilhos, perspicaz, em *Cidadão como todos*, de 17 de agosto, contrapõe a posição de agora do Presidente da Província, Gaspar Silveira Martins, com um discurso que fizera na tribuna da Câmara dos Deputados, a 11 de setembro de 1871, quando disse não ser o militar uma máquina, mas um ente racional e moral. O redator entende que o liberal, ao acusar alguns oficiais de republicanos, tenciona coibir a adoção de posições políticas capazes de prejudicar a ele, enquanto Presidente.



c) Enfraquecimento dos partidos Conservador e Liberal – Castilhos deixa bem claro, no artigo *Tardio e inútil*, do dia 20 de agosto, o desgaste partidário, no estado, em especial no caso dos conservadores: “À nossa província cabe a glória de uma notabilíssima iniciativa, qual a de supprimir a dupla representação partidária do monarchismo, que, effectivamente, está reduzido, no Rio Grande, a um só partido”.

No artigo *Como definitivo, nunca*, de 27 de agosto, chama a atenção para o primeiro pleito do atual Gabinete do liberal Visconde de Ouro Preto. Sustenta que as urnas não podem refletir a vitória das manifestações profundamente nacionais, devido ao limitado número de participantes no sufrágio. Arremata, a 2 de setembro, em *O aspecto geral*:

“Nós pensamos, e temos sempre ponderado, que é vão e inepto o empenho daquelles que, atravez da expressão numérica das urnas, pretendem conhecer as correntes que sulcam, profundamente, o espírito nacional. (...) Esta verdade, que é uma deducção histórica, (...) onde o sufrágio, além das imperfeições e deficiências do processo electivo, tem o carácter de um privilégio, submettido à interferência corruptora do poder público”.

O argumento seria comprovado meses depois, quando os republicanos gaúchos, atendendo à orientação dos militares que derrubam o Império, tomam a Presidência da Província sem um deputado sequer do partido na Assembléia Legislativa.

Metodologia Empregada

O valor do jornal como objeto de estudo deve-se ao fato de seus registros estarem “inseridos num conjunto de informações da mesma época refletindo vivências do mesmo lugar” (MACEDO, 1994, p.45). Em concordância com a tese, a jornalista Tattiana Teixeira atentou para a constatação de que os pesquisadores brasileiros do campo do jornalismo ainda citam pouco os artigos de periódicos, sugerindo a reversão do quadro como avanço relevante para a consolidação da profissão enquanto campo de pesquisa¹⁵.

Ciente da importância de dar ênfase ao estudo em fonte primária, nossa iniciativa de continuar trabalhando junto ao projeto de recuperação da história da imprensa do Rio Grande do Sul justifica-se. A pesquisa nos artigos de *A Federação*, antes da aplicação de análise de conteúdo, foi precedida pela revisão da literatura

¹⁵ Ver: TEIXEIRA, Tattiana. Carta aos leitores. **Pauta Geral: revista de jornalismo**, Salvador: Calandra, v. 1, n. 8, p. 7-8, Ago. 2006.



existente, contendo desde a historiografia do período estudado (1884-1937) até as biografias dos principais nomes do jornal, casos de Júlio de Castilhos, Venâncio Ayres e Assis Brasil.

A importância de revisar o que foi produzido sobre o assunto aprimora a capacidade de contribuição do pesquisador à área estudada, para não repetir esforços já despendidos (SANTAELLA, 2001; STUMPF, 2005). Somando-se ao levantamento bibliográfico, novamente, contamos com a colaboração do coordenador do Setor de Pesquisa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Carlos Roberto da Costa Leite.

Sobre a codificação de dados brutos, entende O. R. Holsti que, no processo, eles são transformados sistematicamente e agregados em unidades, a fim de que se alcance uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo (Apud BARDIN, 1977). Seguindo esse princípio, identificamos a série de artigos, primeiro, de Ernesto Alves, depois, de Júlio de Castilhos, determinando-lhe a estrutura e o princípio de argumentação.

Pela técnica de análise categorial temática, segundo sistematização de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005, p.301), que toma como base as referências de Bardin (1988), Barros e Targino (2000), investigamos quais exemplares apresentavam o artigo de capa referido acerca do debate pela forma de governo republicana. A pesquisa em *A Federação* deu-se através da consulta a edições dispostas no formato de microfilme, no Museu de Comunicação, porque, tanto nesta instituição quanto em outras acessadas¹⁶, os impressos inexistem ou estão indisponíveis para consulta, devido à má conservação.

Do universo de 37 artigos, lidos com base no período de publicação, compreendido entre os dias 23 de julho e 2 de setembro de 1889, à exceção dos domingos, delimitamos um grupo de nove. Nesse material selecionado, o caráter de cada um foi estabelecido através da codificação prévia, ou seja, as características concernentes à campanha republicana. Assim, seguimos o método de codificação sugerido por Fonseca Júnior¹⁷ (2005):

a) o recorte – escolha das unidades de registro e de contexto: artigos estritamente publicados a partir da 1ª coluna de capa das edições de *A Federação*, inseridos no

¹⁶ Instituto Histórico e Geográfico do RS; Arquivo Histórico Moysés Vellinho; e Biblioteca da Assembléia do RS.

¹⁷ Atentamos que o autor tem sua metodologia fortemente influenciada pelo conceito de análise de conteúdo estabelecido por Laurence Bardin, conforme esclarecido na nota 3 do capítulo em questão.



debate com os partidos monárquicos, vistos como desgastados, a exemplo das instituições do Império, sobre a oportunidade da adoção do modelo republicano;

b) a enumeração – escolha das regras de enumeração: no caso, por palavras-chave: *república, republicano, monarquia, militares, abolicionista, liberal, conservador*, etc.

c) a classificação e agregação – categorias: *Desgaste das instituições monárquicas* (2); *A reação do exército* (3); *Enfraquecimento dos partidos Conservador e Liberal* (4).

“Momento mais fértil da análise de conteúdo” (2005, p.298), realizamos uma inferência específica relativa ao período analisado e aos enfoques debatidos por Ernesto Alves e Júlio de Castilhos. No exercício de publicistas do jornal, eles, lançando mão de um método “instrumental”, expressão de Ithiel de Sola Pool (Apud KIENZT, 1973, p.57), atuaram no sentido de afirmar *A Federação* e a ideologia republicana.

Resultados Alcançados

A pesquisa, desenvolvida entre 2005/02-2007/01, com bolsa renovada pelo CNPq/PIBIC/PUCRS, dedicou um semestre para revisão bibliográfica e apreensão das características, tanto temáticas quanto tipográficas, de *A Federação*. Posteriormente, aprofundamos as análises nos blocos temáticos separados para estudo. Buscamos, ainda, conciliar as atividades de pesquisa, de revisão bibliográfica, com a redação de *papers*, artigos¹⁸ e pôsteres, dentre outras comunicações. Sob o título de *Júlio de Castilhos, jornalista em combate aos sofismas liberais*¹⁹, enviamos trabalhos e freqüentamos os seguintes eventos, a partir da aprovação pelas comissões julgadoras:

1º) 1º Encontro dos Pesquisadores de Práticas Sociopolíticas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Famecos-PUCRS²⁰, em 5 abril de 2006;

2º) 15º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), na Unesp, Bauru, SP, entre os dias 6 e 9 junho de 2006;

¹⁸ Ver: HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio Flores. Júlio de Castilhos contra os sofismas liberais, nas páginas de *A Federação*. **Pauta Geral: revista de jornalismo**, Salvador: Calandra, v. 1, n. 8, p. 97-113, Ago. 2006.

¹⁹ Ressalte-se a iniciativa do professor-orientador de possibilitar ao aluno de iniciação científica um amplo leque de atividades, que não se ateu somente à revisão da bibliografia, como à participação nas discussões teóricas, metodológicas e técnicas da pesquisa em desenvolvimento. Ademais, o aluno tem sido enquadrado na condição de co-autor dos trabalhos frutos do projeto, viajando e participando junto com o professor de todos os eventos freqüentados.

²⁰ Na oportunidade, o aluno de iniciação científica representou o seu orientador.



3º) 8º Congresso Latino-americano de Pesquisadores da Comunicação (Alaic), na Unisinos, São Leopoldo, RS, de 19 a 21 de julho de 2006;

4º) Seminário Anual de Avaliação do PIBIC/CNPq, que se realizou no prédio 50 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2 de agosto de 2006;

5º) 29º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom, na Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, entre 6 e 9 de setembro de 2006²¹.

6º) 7º Salão de Iniciação Científica da PUCRS, de 25 a 27 de outubro de 2006.

7º) 8º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul – Intercom Sul, realizado na Universidade de Passo Fundo – RS, entre 10 e 12 de maio de 2007.

O aluno de iniciação científica também enviou relatório final, de 20 páginas, sobre as atividades exercidas no biênio 2005/02-2006/01, para o 4º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica 2006, oferecido pelo CNPq. O trabalho teve aprovação na PUCRS e representou a universidade na disputa, dentro da grande área de *Humanas*.

Conclusão e Sugestões

Os propósitos estabelecidos foram cumpridos. Além disso, alcançamos uma compreensão objetiva, ao estudar os *sofismas liberais*. Constatações de estudos anteriores²² haviam apontado um total de 25 sofismas liberais no ano de 1884, quando, na realidade, foram publicados 16 artigos, centrados apenas em três sofismas. O Museu de Comunicação não tem no seu acervo as edições de 1º de janeiro a 27 de fevereiro daquele ano. Contudo, não parece que a série teve início naquele período.

Neste semestre final, prosseguiremos com a redação de trabalhos para eventos de comunicação ou publicações científicas. Ademais, a publicação de um livro sobre a história do jornal *A Federação* já se encontra viável, neste estágio da pesquisa. Eis as outras etapas:

1º) Cobertura que o jornal prestou à Revolução Federalista²³ (1893-1895);

2º) Estudo de caso comparativo da Questão Militar em duas oportunidades: uma, durante a segunda metade da década de 1880; outra, na República Velha, no século XX.

²¹ Nesta ocasião, contudo, propusemos um outro enfoque para o estudo em curso: A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização.

²² Ver plaqueta sem identificação, editada pelo Museu Hipólito José da Costa, p.6, 1984: É a propaganda republicana vibrante, metódica – veja-se a série de editoriais Os sofismas (cerca de vinte e cinco).

²³ O conflito opôs o PRR e o Partido Federalista, chefiado pelo liberal Gaspar Silveira Martins, que contava com republicanos dissidentes. A primeira agremiação teve o apoio dos militares, através da figura do presidente Floriano Peixoto, importante para a vitória republicana, dando início a uma hegemonia no poder da Província, superior a 30 anos.



3º) Cobertura feita na 1ª Grande Guerra, auxiliada pela agência francesa *Havas*.

4º) Acompanhamento da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

Bibliografia

- BAKOS, Margaret M. “Júlio de Castilhos e a campanha abolicionista” in AXT, Gunter...[et al.] (Orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**, Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- BAKOS, Margaret (org.). **Júlio de Castilhos**, Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 2006.
- BAKOS, Margaret M. **RS: Escravismo e abolição**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**, Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. **A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**, Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**, Nova Petrópolis: Amastad, s/d.
- ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da imprensa rio-grandense**, Porto Alegre: Sulina, 1977.
- FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. “Análise do conteúdo” in DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo: Atlas, 2005.
- FONTOURA, João Neves da. **Memórias**, Porto Alegre: Globo, 1958, v.1.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**, Porto Alegre: Ediufrgs: 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)**, Porto Alegre: Corag, 2004.
- FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**, Porto Alegre: Sulina, 2000.
- GOMES, Pedro Gilberto. “Artigo” in MELO, José Marques de (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**, São Paulo: FTD, 1992.
- HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve certo por linhas tortas – O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**, Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa – análise de conteúdo**, Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Novo Século, 2002.
- MACEDO, Francisco Riopardense. **Imprensa Farroupilha**, Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**, São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Imprensa e capitalismo**, São Paulo: Kairós, 1984.



- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**, Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**, São Paulo: Paulus, 2006.
- MONTEIRO, Hiram Ayres. **Venâncio Ayres – o cavaleiro do ideal**, Taquarituba: Gril, 1997.
- PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- RÜDIGER, Francisco. “A Federação e o Processo político-ideológico rio-grandense” in **Comunicação & Cultura**, Porto Alegre: Museu de Comunicação, 1984.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**, Porto Alegre: Ediufrgs, 2003.
- RUSSOMANO, Victor. **História constitucional do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1976.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**, São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**, Porto Alegre: Corag, 1986.
- SOUZA, Coelho de. **O pensamento político de Assis Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- STUMPF, Ida Regina C. “Pesquisa bibliográfica” in DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo: Atlas, 2005.
- VIANNA, Lourival. **A imprensa gaúcha**, Porto Alegre: Museu de Comunicação, 1977.

Artigos em jornais

- ALVES, Ernesto. A experiência. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 23 jul. 1889.
- ALVES, Ernesto. O que será a reacção. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 31 jul. 1889.
- ALVES, Ernesto. Symptomas da decadência. **A Federação**, p.1, 2 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. No meu posto. **A Federação**, p.1, 5 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. A reacção no exército. **A Federação**, p.1, 9 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. Cidadão como todos. **A Federação**, p.1, 17 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. Tardio e inútil. **A Federação**, p.1, 20 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. Como definitivo, nunca. **A Federação**, p.1, 27 ago. 1889.
- CASTILHOS, Júlio de. O aspecto geral. **A Federação**, p.1, 2 set. 1889.

Site

- CUNHA JÚNIOR, Henrique. A abolição da escravidão. Maio. 2003. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=508>>. Acesso em: 17 mar. 2007.